

## DECLARAÇÃO<sup>1</sup>

\_\_\_\_\_, portador do número de identificação civil<sup>2</sup>] \_\_\_\_\_, declaro, sob compromisso de honra, nos termos e para os efeitos previstos nas disposições conjugadas da alínea e), do artigo 4.º e da alínea a), do n.º 1, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 37/2018, na sua redação atual e das alíneas a) do n.º 2, do artigo 6.º e b) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, na sua redação atual, para efeitos da candidatura entregue ao abrigo do Programa 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que nem o declarante nem nenhum dos membros do respetivo agregado habitacional possui qualquer património imobiliário, para além do já declarado, nem um património mobiliário superior ao limite previsto n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, neste momento, correspondente a 240 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações determina, para além da participação à entidade competente para apurar a existência de eventuais responsabilidades criminais, a suspensão dos apoios atribuídos ao abrigo do Programa 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e, se for causa determinante da atribuição ou da manutenção dos mesmos, constitui fundamento de resolução do contrato e de devolução das quantias indevidamente recebidas e ou, se for o caso, dos valores correspondentes aos apoios em espécie.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_\_ (data)

O Declarante

(assinatura)

---

<sup>1</sup> Prestação de consentimento presencial

<sup>2</sup> Número do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade ou do Registo de Cidadão Comunitário ou do Título de Residência válido